



REFLEXÕES SOBRE A INTOLERÂNCIA POLÍTICA

Argus Romero Abreu de Moraes¹

RESUMO: No presente ensaio, tem-se por objetivo refletir sobre a intolerância política, em especial, no que concerne à realidade social brasileira na atualidade. Para tanto, analisar-se-á a organização interdiscursiva, argumentativa e metafórica do voto do Deputado Federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Intolerância política. Interdiscurso. Argumentação. Metáfora.

REFLECTIONS ON POLITICAL INTOLERANCE

ABSTRACT: In this essay, we aim to reflect on political intolerance, specially, on the social brazilian reality nowadays. Therefore, we analyse the interdiscursive, argumentative and metaphorical organization of the congressman Jair Bolsonaro's vote, in the Chamber of Deputies, on april 17, 2016.

KEYWORDS: Political intolerance. Interdiscourse. Argumentation. Metaphor.

Baseando-se em sua vivência do conflito israelo-palestino, o escritor e ativista israelense Amós Oz (2016, p. 29-30) discorda da perspectiva ética cristã que prega o preceito bíblico do “amor universal” para a solução de conflitos e sugere que deveríamos nos concentrar em difundir o ideal da “tolerância”. “Faça paz, não amor”, afirma o literato. Neste caso, não se esperaria necessariamente que os indivíduos gostassem uns dos outros e desenvolvessem laços sentimentais profundos/íntimos, mas que pudessem, ao menos, se respeitar, dialogar, garantindo relações pacíficas pela compreensão das singularidades sociais e culturais de cada grupo, povo ou sociedade. Ainda no seu dizer, “[...] [in]felizmente, penso que, assim como a violência, o fanatismo também é um componente permanente da natureza humana, um ‘gene ruim’ que existe em quase todos nós” (OZ, 2016, p. 18. Grifos nossos).

¹ Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais e pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura da Universidade Federal de São João Del Rei, financiado por bolsa PNPd/CAPES. E-mail: argusromero@yahoo.com.br



Se, de um lado, parece-nos coerente a proposta de difusão do ideal de tolerância como fundamento de uma ética laica, baseada em princípios construídos socialmente, de outro, a possível naturalização da “violência” ou do “fanatismo”, via “gene ruim”, ainda que possa ser interpretada como metáfora, poderia ensejar sentidos transcendentais a tais fenômenos humanos, perdendo-se de vista a historicidade e complexidade desses conceitos e práticas.

Diferentemente do autor, consideramos a intolerância – fundamento do fanatismo – e a própria violência como atividades de linguagem. Nesse sentido, seguindo a vertente pecheutiana da Análise do Discurso Francesa (PÊCHEUX, 2009), devemos sempre nos questionar sobre quem comete e quem sofre com tais ações, bem como sobre as suas propriedades, pois elas estão vinculadas a marcadores simbólicos históricos/contingentes que fundam as dicotomias “eu/outro”, “incluído/excluído”, “correto/errado”, enfim, “bem/mal”. Se concordássemos, portanto, com Oz (2016), a respeito de uma natureza da intolerância e da violência, isto é, do “mal”, ela se vincularia não aos nossos genes, mas a práticas socioculturais específicas de determinados grupos, no espaço e no tempo históricos, sendo simbolizadas na/pela linguagem como formas imaginárias de percepção e organização do real vivido.

No Brasil de hoje, a intensa polarização na esfera política, o crescimento dos conflitos ideológicos e a aparente expansão dos sentimentos de medo, ódio e repulsa direcionados àqueles indivíduos considerados “inimigos” demonstram que as contradições intrínsecas às sociedades humanas são constituídas nas/pelas disputas entre distintos grupos sociais pelo controle da estrutura da vida social e dos sentidos. Ou seja, cada forma de significar o mundo constitui um posicionamento social sobre ele, emergente da contínua (re) organização dos grupos sociais e das suas relações materiais de existência (PÊCHEUX, 2009).

Com as manifestações de “junho de 2013”, no Brasil, parece inaugurar-se um novo marco cronológico na historiografia nacional, responsável pela reconfiguração discursiva dos grupos políticos extremistas/intolerantes no país. Para Arantes (2014, p. 1), a “Nova Direita brasileira” surge dessas manifestações, caracterizando-se como “[...] uma direita não convencional, que não está contemplada pelos esquemas tradicionais da política[...]”, com



posições inegociáveis, almejando evitar qualquer mudança no *status quo* da sociedade brasileira.

Chauí (2016) também vincula a expansão dos grupos radicais de direita no país a um movimento pouco percebido dentro do fenômeno mais complexo das manifestações de junho de 2013, demonstrado, tanto pela aceitação crescente de pautas ultraconservadoras por parte da opinião pública, quanto pelo aumento da sua representatividade política. A partir de 2015, afirma a estudiosa, pôde-se perceber com mais clareza o crescimento da demanda pelo retorno da Ditadura Militar no Brasil, a maior presença dos grupos de extrema-direita com a bandeira TFP (Tradição, Família e Propriedade) e, nas instâncias representativas, o fortalecimento da bancada parlamentar dos 3Bs (Boi, Bala, Bíblia), vinculadas, respectivamente, às demandas dos setores agropecuaristas, das corporações militares e dos cristãos conservadores.

Ao comparar a tradição e o fortalecimento dos grupos de extrema-direita no Brasil e na Europa, Löwy (2015, p. 663) assevera que não há entre nós partidos políticos constituídos exclusivamente em torno de pautas raciais, de modo que “[...] o elemento mais preocupante da extrema-direita conservadora no Brasil, que não tem um equivalente direto na Europa, é o apelo aos militares”. Apesar disso, conforme o sociólogo, haveria duas semelhanças entre ambas as realidades, quais sejam: (a) a ideologia repressiva, expressa pelo culto à violência policial, o qual, no Brasil, é representado institucionalmente pela chamada “Bancada da Bala”; (b) a intolerância com as minorias sexuais (e, acrescento, sociais), com forte referência católica na França e evangélica no Brasil (LÖWY, 2015, p. 663); neste último, majoritariamente representada pela denominada “Bancada da Bíblia”.

Ribeiro (2015) pondera que, enquanto o diálogo é possível entre grupos moderados de direita e de esquerda, o extremismo político inviabiliza qualquer tentativa de construção de uma pauta comum. Consoante o filósofo, “[...] o que distingue a extrema-direita hoje no Brasil é quase que mais uma agenda de costumes do que uma agenda política. [...] A extrema-direita está se distinguindo do restante por um ódio cabal aos direitos humanos” (RIBEIRO, 2015, p. 1).

De acordo com Charaudeau (2008), o discurso político engloba tudo aquilo que diz respeito à organização da vida em sociedade e ao governo da “coisa pública”, e não apenas às decisões institucionais de um Estado. Assim, o principal objetivo desse tipo de discurso seria fomentar a ideia de um “bem soberano”, pressupondo, para tanto, uma espécie de pacto de



reconhecimento de um dado “ideal social”, o qual se constituiria na contradição permanente entre a busca de valores universais e o respeito à pluralidade de interesses entre os distintos grupos, em uma dada sociedade. Seguindo esse raciocínio, indagamo-nos: quais são as características argumentativas de um discurso político pautado em propostas que não almejam construir o consenso, como é o caso do discurso político da atual extrema-direita brasileira? Quais discursos fundamentam sua agenda política? E, por fim, como esse discurso se organiza cognitivo-discursivamente?

No que diz respeito às suas características argumentativas, entendemos que elas se fundam na tensão entre o que Emediato (2011) chama de “interações discordantes” e o que Barros (2007) define como “discursos intolerantes”, os quais se diferenciam pelo teor de negação da alteridade, embora compartilhem essa mesma negação. As primeiras ocorrem, quando os debatedores não almejam em momento algum concordar com os argumentos do outro, mas, apesar disso, sustentam o contrato comunicacional em voga. Focados mais em convencer o auditório, na função de um *tiers* (“terceiro”), do que mesmo um ao outro, eles mantêm o *script* (“roteiro”) da interação, garantindo a continuidade da disputa desse auditório sem incorrer na anulação física e simbólica do “outro”. Os segundos, afirma Barros (2007, p. 150), funcionam como “[...] um discurso de sanção aos sujeitos considerados maus cumpridores de certos contratos sociais [...] e que, portanto, devem ser reconhecidos como pretos ignorantes, usuários de língua incorreta, índios, bárbaros, judeus exploradores, árabes fanáticos, e punidos [...]”. Tal sanção se expressa passionalmente, mobilizando as emoções do medo e do ódio dos seus interlocutores em prol da afirmação do seu grupo e da negação do outro, aquele que simbolizaria a ameaça, a corrupção dos valores, a degeneração, o parasitismo etc.

Essa tensão argumentativa fica clara, por exemplo, no caso do emblemático voto do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), um dos principais representantes da extrema-direita brasileira na atualidade, na Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016, na ocasião da sessão de julgamento da admissibilidade do processo de *impeachment* da então presidente brasileira Dilma Rousseff. Figurando como principal destinatário da enunciação, parte do público eleitor e/ou apoiador de Jair Bolsonaro se materializa como um terceiro (*tiers*) ausente da sessão de votação na Câmara, pois o acompanhava como telespectador da transmissão televisiva do rito congressional. Tratando-se de um voto parlamentar, embora a



discordância seja possível, os congressistas estão obrigados a respeitarem o decoro exigido pela instituição.

Contudo, dentre outros fatores, ao aludir positivamente à Ditadura Militar e a um dos principais torturadores desse período nas passagens “Perderam em 64, perderam agora em 2016” e “pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”² (BOLSONARO, 2016), a fala do congressista rompe com o “ideal social”, passando a se caracterizar como um discurso intolerante, com foco na apologia à tortura e na incitação ao ódio. Em seu voto, pode-se verificar a confluência entre os discursos conservador cristão e nacionalista militar, os quais, de acordo com a nossa interpretação, fundamentam o discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade.

Com base nessa composição interdiscursiva, outras características argumentativas se fazem notar na fala do deputado, a saber: (i) *institucionalização do dizer*: procura-se legitimar a negação da alteridade como proposta política, atrelando seus sentidos, a um só tempo, às instituições políticas, militares e religiosas; (ii) *inversão estratégica da relação entre maioria e minoria simbólicas*: posiciona-se como “excluído”, “ameaçado”, “perseguido” e “acuado”, alterando, estrategicamente, a posição de “acusado/agressor/opressor” para a de “acusador/vítima/oprimido”; (iii) *uso de conceitos metafísicos como fonte do sentido*: utiliza-se de conceitos com teor transcendental como forma de fundamentar a verdade última do discurso, tais como “família”, “moral”, “nação” e “Deus”; (iv) *persuasão pelas emoções do “medo” e do “ódio”*: fomentam-se as sensações de insegurança e de injustiça com o fito de potencializar uma adesão primordialmente emocional às medidas antidemocráticas, aprofundando a coesão do grupo a que pertence e a perseguição ao grupo opositor; (v) *(re) construção da encenação dos dizeres através da memória discursiva da Ditadura Militar brasileira*: “atualiza-se” a memória histórica brasileira pela remissão à Ditadura Militar para definir quem é o “eu/nós” e o “outro/inimigo”; (vi) *homogeneização e desqualificação do “outro”*: constrói-se o “outro” como grupo essencializado, sem características distintivas e/ou

² Segue a transcrição do voto do congressista: “Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa, parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, por nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim” (BOLSONARO, 2016).



positivas que possam humanizá-lo; (vii) *violência como forma de “correção”, “punição”, “purificação” e “resolução de conflitos sociais”*: recorre-se ao uso de termos militares para a construção da imagem de si, os quais opõem a força moral e física do enunciador à de seus opositores; (viii) *organização cognitivo-discursiva do pensamento extremista através da metáfora “outro é inimigo”, bem cômodo uso metonímico dos conceitos de “família”, “Deus cristão” e “povo/nação” como espaços simbólicos de segurança para os indivíduos.*

Essas são algumas das conclusões a que temos chegado no âmbito da nossa pesquisa em andamento. Ao longo dela, esperamos não apenas aprofundar os raciocínios desenvolvidos neste ensaio, mas também desenvolver algumas questões que não foram abordadas aqui, como é o caso do papel das redes sociais na circulação e consolidação desse discurso no Brasil contemporâneo. Para tanto, é indispensável considerar a historicidade desse objeto de análise, a qual nos impele a imergir em uma perspectiva diacrônica que considere a organização e as características desses grupos na longa temporalidade, assim como a sistematicidade das suas relações com outras práticas sociais, na atualidade, em uma espécie de avaliação sincrônica desse objeto.

REFERÊNCIAS

ARANTES, P. E. Nova direita surgiu após junho, diz filósofo: depoimento. Entrevista concedida a Eleanora de Lucena. **Folha de São Paulo**, 31 de outubro 2014. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541085-nova-direita-surgiu-apos-junho-diz-filosofo.shtml>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

BARROS, D. L. P. de. A identidade intolerante no discurso separatista. **Filologia Linguística Portuguesa**, n. 9, pp. 147-167, 2007.

BOLSONARO, J. Voto do Deputado Jair Bolsonaro a favor do Impeachment. **Youtube**, 17 de abril de 2016. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=iUbI4cJv-NI>. Acesso em: 26 de abril 2016.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, M. Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados: depoimento. Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho e Laís Modelli. **Revista Cult**, 23 de fevereiro de 2016. Disponível em: <www.revistacult.uol.com.br/home/2016/02/sociedade-brasileira-violencia-e-autoritarismo-por-todos-os-lados>. Acesso em: 25 de abril de 2016.



Revista FACISA *ON-LINE*. Barra do Garças – MT, vol.6, n.2, p. 69- 75, jul. - dez. 2017.
(ISSN 2238-8524)

EMEDIATO, W. Diálogos regulares e interações discordantes. **Gláuks**, n. 11, v. 1, p. 145-174, 2011. Disponível em: <www.revistaglauks.ufv.br/artigo/100>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 652-664, out/dez 2015.

OZ, A. **Como curar um fanático: Israel e Palestina:** entre o certo e o certo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Brasil: Editora da Unicamp, 2009.

RIBEIRO, R. J. Extrema-direita avança com ódio aos direitos humanos, diz filósofo: depoimento. Entrevista concedida a Roldão Arruda. **Estadão**, 14 de março de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/extrema-direita-avanca-com-odio-aos-direitos-humanos-diz-filosofo/>>. Acesso em: 25 de abril de 2016.